

CONSULTA NACIONAL SOBRE REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA

www.consultanacional2017.com.br

Estamos sob uma avalanche de **CONTRARREFORMAS**, como a da **PREVIDÊNCIA** e a **TRABALHISTA**, além da aceleração das **PRIVATIZAÇÕES** de serviços estratégicos como saúde, educação, energia, comunicações etc.

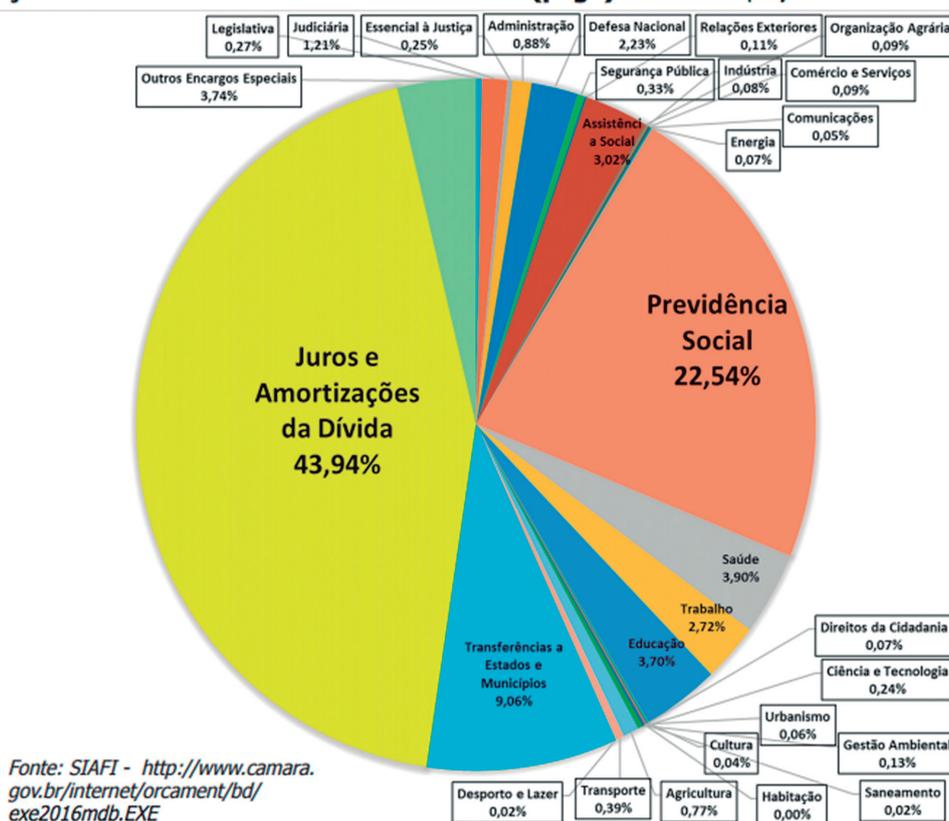
Os argumentos apresentados pelo governo para essas reformas são mentirosos: Déficit da previdência??? Cortar direitos trabalhistas vai gerar emprego??? Privatizar vai tornar o Estado eficiente???

A verdadeira razão dessas reformas é retirar direitos da população e desmontar os serviços públicos para que sobrem mais recursos ainda para a chamada **DÍVIDA PÚBLICA**, que nunca foi auditada, como manda a Constituição Federal.

A **Reforma da Previdência Social** irá modificar a **Constituição Federal (PEC 287/2016)** e visa beneficiar o mercado financeiro, cujo volume de negócios será ampliado com a oferta de planos de previdência privada (sujeitos a diversos riscos futuros) e fundos de pensão de natureza aberta.

Adicionalmente, o adiamento do acesso à aposentadoria para depois dos 65 anos e a precarização dos demais direitos previdenciários irão liberar mais recursos orçamentários para engordar o pagamento da dívida pública, com seus juros absurdamente altos que consomem, ano após ano, quase a metade das receitas do orçamento público federal.

Orçamento Geral da União 2016 Executado (pago) Total = R\$ 2,572 TRILHÕES



A REFORMA NECESSÁRIA É O CORTE DOS JUROS ABUSIVOS que consomem, todo ano, cerca de metade do orçamento federal, e incidem sobre dívida repleta de indícios de ilegalidade, ilegitimidade e até fraudes, como comprovado por diversas Comissões Parlamentares.

Mas essa a maioria dos políticos não quer enfrentar. Preferem garantir lucros escandalosas aos bancos e grandes corporações, enquanto retiram direitos históricos da classe trabalhadora e desmontam o Estado. **Por isso é urgente mobilizar a sociedade para compreender o Sistema da Dívida.**

PARA QUE RETIRAR DIREITOS SE SOMOS TÃO RICOS?

O Brasil é um dos países mais ricos do Planeta. **Nossa realidade é de extrema abundância** em todos os sentidos. Possuímos a maior reserva de Nióbio, a terceira maior reserva de Petróleo, a maior área de terras agriculturáveis e terras raras, água potável, clima favorável, todas as fontes energéticas em abundância e imensa riqueza humana e cultural. Possuímos também riquezas financeiras, potencial industrial e comercial, e somos credores de imensa Dívida Ecológica causada por séculos de exploração predatória de nossos recursos naturais.

Por outro lado, enfrentamos impressionante **cenário de escassez**, com inaceitáveis índices de miséria, desemprego e fome; insuficiência de serviços de saúde, educação, segurança; submetidos a contínuos retrocessos por meio de contrarreformas da Previdência, Trabalhista e Privatizações. Faltam recursos para investimentos em ciência e tecnologia e outras alavancas necessárias ao nosso desenvolvimento socioeconômico.

Isso decorre do modelo econômico voltado para a concentração de renda e riqueza, que beneficia principalmente os bancos e grandes corporações nacionais e estrangeiros.

AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA

O endividamento público tem funcionado às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, tem provocado uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, direcionados principalmente ao setor financeiro privado. É o que denominamos "Sistema da Dívida". **Auditoria já!**

GOVERNO APRESENTA ARGUMENTOS FALSOS PARA JUSTIFICAR AS CONTRARREFORMAS

NÃO EXISTE DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O falacioso “déficit” da Previdência não existe! Quando efetuamos a conta corretamente, considerando todas as fontes de financiamento da Seguridade Social (previstas no art. 195 da Constituição) e comparamos com todas as despesas (considerando as 3 áreas da Seguridade Social: Previdência, Assistência e Saúde, conforme art. 194 da Constituição, sobram dezenas de bilhões de reais, conforme quadro a seguir.

Superávit da Seguridade Social	
Ano	Sobra de recursos (bilhões de reais)
2005	72,7
2010	53,9
2011	76,1
2012	82,8
2013	76,4
2014	55,7
2015	11,7

Fonte: ANFIP

O governo fabrica o déficit fazendo uma conta distorcida, que considera apenas a arrecadação do INSS e compara com todo o gasto da Previdência. Deixa de considerar as demais contribuições sociais (Cofins, CSLL, Pis/Pasep etc.) que a Reforma Tributária pretende transformar em imposto, acabando de vez com a vinculação à Seguridade Social.

A LONGEVIDADE DA POPULAÇÃO NÃO É O PROBLEMA, MAS SIM O DESEMPREGO RECORDE

A arrecadação da contribuição previdenciária poderia dobrar se fosse aplicada política de **combate ao desemprego** que atinge grande parte da população brasileira. Dados da pesquisa oficial do IBGE (PEA 2016) indicam que temos 166 milhões de pessoas em idade de trabalhar, das quais somente 90 milhões estão empregadas. 12 milhões estão desempregadas (procurando emprego) e 64 milhões estão fora do mercado de trabalho no Brasil, ou seja já pararam de procurar emprego. Em 2017, o número de desempregados procurando emprego já subiu para 14 milhões de pessoas. **A reforma que precisamos é a que garanta emprego à população!**

A PEC 287 NÃO ATACA PRIVILÉGIOS, MAS AMEAÇA O SEU DIREITO À APOSENTADORIA E CONTÉM UMA SÉRIE DE ABUSOS, tais como:

1. Exige idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e 62 (sessenta e dois) para mulheres;
2. Exige 40 (quarenta) anos de contribuição para aposentadoria integral (média das contribuições);
3. Reduz o valor geral das aposentadorias;
4. Precariza e dificulta a aposentadoria do trabalhador rural;
5. Exclui regras de transição vigentes;
6. Limita a acumulação de aposentadoria e pensão por morte até 2 (dois) salários mínimos;
7. Eleva para 68 (sessenta) anos a idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS);
8. Impõe regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;
9. Extingue a aposentadoria especial para professores.

PRIVATIZAÇÕES NÃO TORNAM O ESTADO EFICIENTE, MAS SIGNIFICAM ENTREGA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA PAGAR DÍVIDA

Todos os recursos advindos das privatizações do patrimônio público brasileiro, desde Collor, são destinados ao pagamento da chamada dívida pública, ou seja, perdemos o patrimônio e o recurso volta para o mercado financeiro.

A REFORMA TRABALHISTA NÃO VAI GERAR MAIS EMPREGOS, mas sim criar subempregos por meio de contrato de trabalho intermitente e terceirizações. Como a classe trabalhadora irá completar 25 anos de contribuição se conseguir trabalhar apenas 1 ou 2 dias por semana? Nunca! Ademais, o combinado com o patrão poderá valer mais do que a própria lei!

A CRISE NÃO DECORRE DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS, MAS SIM DOS GASTOS FINANCEIROS

A crise atual decorre dos gastos abusivos com juros e outros erros da política monetária exercida pelo Banco Central. O único setor que ganha com essa crise é o setor financeiro, pois os bancos continuam aumentando seus lucros a cada ano! Enquanto isso, a conta é transferida para a classe trabalhadora e para os mais necessitados, e sacrifícios ainda mais profundos são exigidos da população, a fim de continuar garantindo os privilégios financeiros.

Por isso consultamos a sua opinião.

Acesse a página e responda a 4 perguntas sobre REFORMAS E AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA.

www.consultanacional2017.com.br